



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

LEI Nº 127/2021, de 16 de junho de 2021.

“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para serem observadas na elaboração da LOA - Lei Orçamentaria Anual do Município de IBICUÍ, para o exercício de 2022. “

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBICUÍ Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de IBICUÍ, ESTADO DA BAHIA, para o exercício financeiro de 2022, em cumprimento ao disposto no art. 165, Inciso II, § 2º, da Constituição Federal, art. 159, Inciso II, § 2º da Constituição Estadual, da Lei Complementar nº 101/00, tida como Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Orgânica do Município de Ibicuí, compreendendo:

- I. As prioridades e metas fiscais da Administração Pública Municipal;
- II. A estrutura, organização, diretrizes para o orçamento Municipal, execução e suas alterações;
- III. As disposições relativas as despesas
- IV. As disposições relativas as despesas com pessoal e encargos
- V. As disposições sobre alterações na legislação tributária e política na arrecadação de receitas;
- VI. As disposições do regime de gestão fiscal responsável;
- VII. As disposições referentes a transferências;
- VIII. Das disposições finais;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

CAPÍTULO I

AS PRIORIDADES E METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2022, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos, fundos e entidades que integram os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, bem como da respectiva Lei Orçamentária, em consonância com as diretrizes estratégicas e Programas estabelecidos no Plano Plurianual para os exercícios financeiro de 2022 a 2025.

Paragrafo único – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal devem refletir, a todo tempo, os objetivos da política econômica governamental, especialmente aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais, e também da política social enfatizando, entre outros aspectos:

- I. Desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades;
- II. Modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;
- III. Desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;
- IV. Implementação de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- V. Desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;
- VI. Austeridade na utilização dos recursos públicos e consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;
- VII. Apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte;
- VIII. Promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;
- IX. Ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem à redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;
- X. Desenvolvimento de ações que possibilitam a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação e outros;
- XI. Implantação de programas sociais para o desenvolvimento pleno e integral da criança e do adolescente, geração de oportunidades para a proteção da juventude, redução da vulnerabilidade social das famílias;
- XII. Implantação de políticas públicas de ações afirmativas, inclusão social e acessibilidade voltadas à cidadania e a dignidade da pessoa humana promovendo a igualdade de direitos e oportunidades aos cidadãos com vistas a corrigir desigualdades.

Art. 3º As ações e metas prioritárias da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2022, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos, fundos e entidades que integram os Orçamentos Fiscais e da



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Seguridade Social, são as especificadas em anexo que integra esta Lei, as quais guardam consonância com as diretrizes estratégicas e Programas estabelecidos no Plano Plurianual para os exercícios financeiro de 2022 a 2025, suas alterações e atualizações, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Com relação às prioridades de que trata o *caput* deste artigo observar-se-á, ainda, o seguinte:

- I. Poderão ser revistas, alteradas e atualizadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2022 e seus Créditos Adicionais, gerando, automaticamente, atualização e alteração ao Plano Plurianual aprovado para o quadriênio dos exercícios financeiros de 2022 a 2025 e seus respectivos anexos.
- II. Em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos, fundos e entidades da Administração Pública deverão ressalvar, sempre que possível, as ações vinculadas às prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

§ 2º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal devem refletir, a todo tempo, os objetivos da política econômica, especialmente aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais, e também da política social.

§ 3º A elaboração e aprovação do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022, e a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social integrantes da respectiva Lei serão orientadas para:

- I. Atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- II. Evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios



Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

eletrônicos e através da realização de audiências, consultas públicas ou outras metodologias de participação popular;

III. Aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas e ações por eles financiados;

Art. 4º As metas fiscais para o exercício financeiro de 2022 são as constantes do Anexo desta Lei.

Parágrafo único – As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos do exercício financeiro de 2021, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

CAPITULO II

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO MUNICIPAL, EXECUÇÃO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 5º A Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022, obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturado na forma definida na Lei Complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964 e na Lei Orgânica do Município.

§ 1º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos a Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, e a respectiva execução será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo e seus respectivos custos.

§ 2º A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observados as demais diretrizes desta Lei



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

e, tendo em, vista propiciar o controle de custos, o acompanhamento e a avaliação dos resultados das ações de Governo será feita:

- I. Por programa e ação orçamentária, com a identificação da classificação orçamentária da despesa pública até a modalidade de aplicação em observância ao art. 6º da Portaria Interministerial 163/2001, suas alterações e atualizações;
- II. Diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução da ação orçamentária correspondente, executadas aquelas cujas dotações se enquadrem no § 4º deste artigo.

§ 3º O controle de custos de que tratam os §§ 1º e 2º será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 4º As dotações destinadas ao atendimento de despesas ou encargos da Administração Pública Municipal que não podem ser associadas a um bem, produto ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portando, uma agregação neutra, que não sejam específicas de determinado órgão, fundo ou entidade, ou cuja gestão e controle centralizados interessam à Administração, com vistas à sua melhor gestão financeira e patrimonial, controle e acompanhamento, serão alocadas nos Encargos Gerais do Município, sob a gestão da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão.

Art. 6º Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;
- II. Juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal e respectivas alterações e atualizações;
- III. Contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios, contratos de repasses ou outros



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

- IV. Outros custeios administrativos e aplicações em despesas essenciais e de capital.

Art. 7º Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000, bem como, os critérios instituídos pelas Resoluções do Senado Federal, atinentes à matéria.

Art. 8º Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas nas formas dos arts. 2º e 3º desta Lei observar-se-ão as seguintes regras:

- I. A destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;
- II. Será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;
- III. Não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira;
- IV. Os investimentos com duração superior a um exercício financeiro somente serão contemplados no Plano Plurianual ou autorizada a sua inclusão em Lei, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal e § 5º do art. 5º da Lei Complementar Federal 101/00;
- V. A destinação de recursos para novos projetos somente será permitida depois de adequadamente atendidos os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio público, conforme disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº101/00;
- VI. As dotações orçamentárias consignadas deverão ser suficientes para a conclusão de uma ou mais unidades de execução do projeto ou de uma de suas etapas, neste caso, se a sua duração exceder a mais de um exercício.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Seção II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 9º Para fins desta Lei conceituam-se:

- I. **Diretrizes** – o conjunto de princípios que orienta a execução dos programas de governo
- II. **Função** - o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;
- III. **Função “Encargos Especiais”** - engloba as despesas em relação às quais não se possam associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outros afins, representando, portanto, uma agregação neutra;
- IV. **Subfunção** - a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
- V. **Programa** - o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- VI. **Ação** – especifica a forma de alcance do objeto do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como, os investimentos que devem ser detalhados em unidades e medidas.
- VII. **Ações orçamentárias** - são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.
- VIII. **Atividade** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- IX. **Projeto** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- X. **Operação Especial** – o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando basicamente, o detalhamento da função “Encargos Especial”.
- XI. **Categoria de programação** - a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções programas, projetos, atividades e operações especiais;
- XII. **Órgão** - Secretaria ou Entidade deste mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;
- XIII. **Transposição** - realocação de recursos orçamentários no âmbito dos programas de -trabalho, dentro do mesmo órgão;
- XIV. **Remanejamento** - realocações das atividades, inclusive dos respectivos programas de trabalho, recursos físicos e orçamentários, para outros órgãos;
- XV. **Transferências** - realocações ou deslocamento de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho;
- XVI. **Reserva de contingência** - a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
- XVII. **Passivos contingentes** - questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

precedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

- XVIII. **Créditos adicionais** - as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;
- XIX. **Crédito adicional suplementar** - as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;
- XX. **Crédito adicional especial** - as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;
- XXI. **Crédito adicional extraordinário** - as autorizações de despesas, mediante o decreto do poder executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;
- XXII. **Unidade orçamentária** - consiste em cada um dos órgãos, secretarias, entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;
- XXIII. **Unidade gestora** - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos Orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;
- XXIV. **Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD** - instrumento que detalha operacionalmente, os projetos, atividades e operação especial constante da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerencial;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- XXV. **Alteração do Detalhamento da Despesa** - a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, operação especial, categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, sem alterar o valor global do projeto, atividade ou operação especial;
- XXVI. **descentralização de créditos orçamentários** - a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e Competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;
- XXVII. **Provisão** - ato formal, consubstanciado em portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de Crédito;
- XXVIII. **Descentralização interna** - é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão (secretaria ou órgão diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);
- XXIX. **Descentralização externa** - é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.
- XXX. **Destaque** - operação descentralizadora de crédito orçamentário em que um órgão ou entidade da Administração Pública Municipal



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

transfere para outro o poder de utilização dos recursos que foram dotados.

- XXXI. **Produto** - bem ou serviço que resulta da ação orçamentária destinado ao público-alvo, ou insumo estratégico que será utilizado para a produção futura de bem ou serviço;
- XXXII. **Unidade de medida** - unidade utilizada para quantificar e expressar as características do produto;
- XXXIII. **Meta física** - quantidade estimada para o produto ou a quantificação do produto;
- XXXIV. **Concedente** - o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
- XXXV. **Convenente** - o órgão ou a entidade de outro Ente e as entidades privadas, com as quais a Administração Municipal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros.
- XXXVI. **Receita Corrente Líquida** – o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzida a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 21 da Constituição Federal;
- XXXVII. **Despesa Total com Pessoal** – o somatório dos gastos de cada Poder com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Parágrafo 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores.

Parágrafo 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e subfunção as quais se vinculam;

Parágrafo 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Parágrafo 4º - A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades e adotando-se o regime de caixa.

Parágrafo 5º - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês de referência com as dos onze meses imediatamente anteriores e adotando-se o regime de competência.

Parágrafo 6º - Os órgãos dos poderes da Administração Municipal manterão equilíbrio entre as receitas e despesas, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 101/00.

Art. 10 O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Parágrafo único – O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos incluídos dos recursos provenientes do FUNDEB na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõe a Constituição Federal no seu art. 212, a Lei 9.394/1996, alterações e atualizações, bem como Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentada pela Lei Federal 11.494/2007 e suas atualizações e alterações.

Art. 11 O orçamento da Seguridade Social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Art. 12 De acordo com o definido no inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Lei Complementar 141/2012 o Município deverá aplicar anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

§ 1º Na forma do disposto na Lei Complementar 141/2012 está compreendida na base de calculo dos percentuais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios qualquer compensação financeira proveniente de impostos e transferências constitucionais previstos no § 2º do art. 198 da Constituição Federal, já instituída ou que vier a ser criada, bem como a dívida ativa, a multa e os juros de mora decorrentes dos impostos cobrados diretamente ou por meio de processo administrativo ou judicial.

§ 2º Para efeito do calculo do montante de recursos previstos na Lei Complementar 141/2012, devem ser considerados os recursos decorrentes da dívida ativa, da multa e dos juros de mora provenientes dos impostos e da sua respectiva dívida ativa.

§ 3º O Município deverá observar o disposto nas respectivas Constituições Estaduais ou Leis Orgânicas sempre que os percentuais nelas estabelecidos forem superiores aos fixados na Lei Complementar 141/2012 para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 13 São consideradas como ações e serviços públicos de saúde, para efeito da aplicação dos recursos de que trata o art. 198, § 2º, da Constituição Federal, as despesas que, realizadas com recursos previstos no art. 12 desta Lei, através de fundo especial, estejam relacionadas a programas finalísticos e de apoio à saúde, inclusive administrativos, que atendam simultaneamente aos princípios do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, suas alterações e atualizações, bem como às diretrizes definidas na Lei Complementar 141/2012.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

§ 1º As despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos Fundos de Saúde.

§ 2º O Fundo Municipal de Saúde deve constar na Lei Orçamentária Anual, em unidade orçamentária específica que contenha, exclusivamente, programas vinculados às ações e serviços públicos de saúde, com a referida denominação, devidamente compatibilizados com o Programa Municipal de Saúde.

§ 3º Toda e qualquer despesa efetivada pelo município em ações e serviços de saúde será realizada por meio da unidade orçamentária mencionada.

Art. 14 A proposta da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022 que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Setembro de 2021, de acordo com a Lei nº 4.320/64, será composto de:

- I. Mensagem;
- II. Texto da Lei;
- III. Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- IV. Informações complementares.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

- I. Sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções do Governo;
- II. Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo a categoria econômica de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do anexo de que trata o art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64;
- III. Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Os anexos relativos aos orçamentos fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

- I. Da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- II. Da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido no art. 77 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal, inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Lei Complementar 141/2012 e demais legislações pertinentes à matéria;
- III. Do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2020;
- IV. Demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 2(dois) subsequentes;
- V. Demonstrativo da Receita segundo a Categoria Econômica e Fonte de Recursos na forma do Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;
- VI. Demonstrativo da despesa na forma do definido na Lei nº 4.320/64.

Art. 15 A receita será detalhada, na proposta, na Lei Orçamentária Anual de forma a identificar a arrecadação segundo as naturezas da receita e fontes de recursos.

§1º A classificação das naturezas da receita obedecerá à estrutura e os conceitos constantes da Portaria Interministerial nº 163/2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes, notadamente o estabelecido por Portarias Conjuntas STN/SOF.

Art. 16 A despesa orçamentária, com relação à classificação funcional e estrutura programática, serão detalhadas conforme previsto na Lei Federal nº 4.320/64, com atualização pela Portaria nº 42/1999, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163/2001, do Secretario do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e o Secretario de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Gestão e suas respectivas alterações e atualizações, observados ainda os conceitos do art. 9º desta Lei.

Art.17 Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

- I. Pessoal e encargos sociais;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- II. Serviços da dívida pública municipal;
- III. Contrapartida de convênios e financiamentos;
- IV. Projetos e obras em andamento que ultrapassam a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§1º Os recursos originários do Tesouro Municipal serão prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§2º As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§3º Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

Art. 18 Os recursos oriundos de contratos, convênios, instrumentos similares ou outros ajustes serão programados em conformidade com o estabelecido nos respectivos termos, independentemente da ordem de prioridade prevista no art. 17.

Art. 19 A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas e destinação de ajuda financeira, a qualquer título, a pessoas físicas, somente se fará para garantir a eficácia da execução de programa governamental e ação específica, atendido ao disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, inclusive a prévia autorização por lei específica, e desde que, concomitantemente:

- I. O programa e ação governamentais específicos em que se insere o benefício estejam previstos na Lei Orçamentária de 2022;
- II. Reste demonstrada a necessidade do benefício como garantia de eficácia do programa governamental em que se insere;
- III. Definem-se mecanismos de garantia de transparência e publicidade na execução das ações governamentais legitimadoras do benefício.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Art. 20 A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido nas Portarias do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão observada suas alterações, as quais devem ser utilizadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 21 A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I. Dos tributos de sua competência;
- II. Das transferências constitucionais;
- III. Das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;
- IV. Dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;
- V. Das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI. Da cobrança da dívida ativa;
- VII. Das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;
- VIII. Dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;
- IX. Dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente, em especial art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, Emenda Constitucional 29/2000, Lei Complementar 141/2012.
- X. De outras receitas e rendas;

Parágrafo único - A estimativa de receita será feita com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerando os efeitos das alterações da legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Art. 22 Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação, compreendendo a identificação da despesa, sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme conceitos estabelecidos no art. 9º desta Lei.

§ 1º Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional e funcional, e segundo sua natureza além da estrutura programática discriminada em programas e ações (projeto, atividade ou operação especial), de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos governamentais correspondentes.

§ 2º Os órgãos da Administração Direta, os Fundos, as entidades da Administração Indireta e os Consórcios Públicos constituídos na forma da lei, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como Unidades Orçamentárias.

§ 3º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, conforme estabelece a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações a atualizações.

§ 4º As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 5º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes poderão observar o mesmo código, independentemente da unidade orçamentária e executora.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

§ 6º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 7º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

§ 8º A ação orçamentária, entendida como atividade, projeto ou operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula e referir-se a um único produto.

§ 9º A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações e atualizações posteriores, sendo discriminado na Lei Orçamentária e em seus respectivos créditos adicionais por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

§ 10º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão os grupos de natureza de despesa que constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

- I. Pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II. Juros e encargos da dívida (GND 2);
- III. Outras despesas correntes (GND 3);
- IV. Investimentos (GND 4);
- V. Inversões financeiras (GND 5); e
- VI. Amortização da dívida (GND 6).

§ 11º A Reserva de Contingência, prevista no art. 76, será classificada no GND9.

§ 12º A modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I. Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

- II. Indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas, exceto o caso previsto no inciso III deste parágrafo; ou
- III. Indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente nos casos que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos federais.

§ 13º A especificação da modalidade de que trata o § 12 deste artigo observará detalhamento definido na Portaria Interministerial nº 163/2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, suas alterações e atualizações posteriores e demais normas complementares pertinentes à matéria.

§ 14º A alteração da Modalidade de Aplicação, devido à sua natureza de informação gerencial, poderá ser efetivada durante o exercício financeiro, desde que verificada inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa naquela modalidade prevista inicialmente, devidamente justificada, mediante Decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 15º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 16º A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 42/99, na Portaria nº 163/2001 e suas respectivas alterações e atualizações.

§ 17º Na forma do disposto no art. 6º da Portaria Interministerial nº 163/2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores, na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

§ 18º O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, mediante o desdobramento da despesa em pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins, não sendo obrigatória sua discriminação na Lei Orçamentária.

§ 19º Poderá ser efetuada inclusão de elementos de despesas e respectivas fontes de recursos, à estrutura de Projetos, Atividades e Operação Especial constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante crédito adicional suplementar na forma definida na Lei 4.320/64 e nos limites autorizados na lei orçamentária ou em lei específica, desde que o elemento a ser inserido já exista na estrutura de qualquer um dos Órgãos ou Unidades Orçamentárias.

Seção III

Da Descentralização de Créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 23 Os créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo Órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos, mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na forma das definições contidas no art. 9º desta lei, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem.

§ 1º As dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 2º Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete à administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 3º O Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 4º A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

- I. Descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade, diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);
- II. Descentralização de crédito externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades;

§ 5º A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

§ 6º Não caracteriza infringência à vedação contida no inciso VI do caput do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Seção IV

Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Art. 24 O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 31 de Julho de 2021, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§1º Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

- I. O estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 58/2009;
- II. Os procedimentos estabelecidos pelo Órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§ 2º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

- I. Para fins do disposto no § 2º tornar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado até o mês de junho projetado até dezembro de 2021.

Art. 25 Os Órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao Órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de agosto de 2021, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 26 A Lei Orçamentária de 2022 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- I. Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e
- II. Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§ 1º O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2021, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2022, na forma do definido o §5º do art.100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I. Número de ação originária;
- II. Data do ajuizamento da ação originária;
- III. Número do precatório;
- IV. Tipo de causa julgada, com especificação precisa do objeto da condenação transitada em julgado;
- V. Data da autuação do precatório;
- VI. Nome do beneficiário e número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- VII. Valor individualizado por beneficiário e valor total do precatório a ser pago; e
- VIII. Data do trânsito em julgado.

§ 2º A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com as determinações contidas o art. 100 da Constituição Federal e art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais diplomas legais pertinentes à matéria.

§ 3º O poder Executivo apresentará aos demais Poderes e ao Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, a estimativa das receitas orçamentárias e da receita corrente líquida para o exercício de 2022 e as respectivas memórias de



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

cálculo, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 27 As propostas de modificação ao projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

- I. Na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;
- II. Acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e das respectivas metas.

§ 3º Cada projeto de Lei e a respectiva Lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art.41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2021 e a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 5º Poderão ser abertos créditos adicionais à conta de recursos de excesso de arrecadação quando na previsão da receita não tenham sido estimados recursos originários de instituições e órgãos federais, estaduais, iniciativa privada ou outros entes e instituições, mesmo que o valor global da respectiva fonte não se apresente, no total geral da fonte, superior ao montante inicialmente estimado.

§ 6º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativa a:



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- I. Superávit financeiro do exercício de 2021, por fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do referido exercício;
- II. Créditos reabertos no exercício de 2022;
- III. Valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV. Saldo do superávit financeiro do exercício de 2021, por fonte de recursos.

§ 7º As fontes de recursos e as modalidades de aplicação constantes do Orçamento, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que observadas as vinculações e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito na modalidade e fonte previstas na Lei Orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais.

§ 8º As fontes de recursos constantes Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, também poderão ser modificadas, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, justificadamente, desde que comprovada mediante demonstrativo que evidencie a frustração da fonte a ser anulada e o excesso na fonte a ser adicionada, para atender às necessidades de execução.

§ 9º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequentes, na forma das disposições contidas art. 167, § 2º, da Constituição Federal e art. 161, § 2º, da Constituição Estadual.

§ 10º A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto contidas art. 167, § 2º, da Constituição Federal e art.161, § 2º, da Constituição Estadual, será efetivada, se necessária, mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 28 Na apreciação pelo poder legislativo do projeto de Lei Orçamentaria Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

- I. Sejam compatíveis com o plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) Dotação para pessoal e seus encargos;
- b) Serviço da dívida;
- c) Recursos vinculados a fins específicos;
- d) Recurso de convênios, contratos de repasse e instrumentos similares;
- e) Recursos decorrentes de operações de créditos;
- f) Contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;
- g) Recursos próprios de entidades da administração Indireta, exceto quando remanejados para apropria entidade.

III. Sejam relacionados com:

- a) A correção de erros ou omissões; ou
- b) Os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

- I. No caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica, financeira e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentaria;
- II. No caso de se incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas prevista no projeto de Lei Orçamentária.

§ 3º Não poderão ser apresentadas emendas que:

- I. Aumente o valor global das despesas, inclusive mediante criação de novos projetos ou atividades;
- II. Incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou no mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Art. 29 A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentaria Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei

Art. 30 Para fins do disposto no artigo 28 desta Lei, entende-se por:

Emenda – proposição apresentada como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versando na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser **aditiva, modificativa, substitutiva, aglutinativa** ou **supressiva**;

Emenda aditiva – é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavra á proposição principal;

Emenda modificativa – é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

Emenda substitutiva- a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou o número que constitui o objeto da emenda;

Emenda aglutinativa – a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

Emenda supressiva – é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, paragrafo, inciso, alínea ou numero;

Subemenda – é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Projeto substitutivo, ou simplesmente substitutivo – denominação dada á emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata, seguindo princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação deve ser norteadada por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.

§ 2º Para o atendimento as disposições desta Lei, a emenda, objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e forma básicas em exata observância a técnica legislativa, deverá compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento ao que se propõe, evidenciando:

- a) **Epígrafe**, em que a expressão EMENDA Nº ...se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;
- b) **Formula pela qual se determina a alteração a ser feita**: “Suprima-se” ... “Onde se lê ...” “Leia-se ...”, “ Acrescenta-se ...”, “Dê-se ao art ...” “a seguinte redação”.
- c) **Contexto**, com que se precede à supressão ou substituição de determinada expressão ou se enuncia o dispositivo a ser acrescentado, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;
- d) **Fecho**, que compreende o local (Sala das Reuniões, Sala das Comissões), a data de apresentação e o nome do autor;
- e) **Justificação**, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma serie de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou a oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e normativos que regem a matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem alteração proposta.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Art. 31 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentaria de 2022 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Paragrafo único O poder legislativo poderá realizar audiências públicas regionais durante a apreciação da Proposta Orçamentaria, em conformidade com disposto no paragrafo único art.48 da Lei Complementar no 101/00.

Art. 32 O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a efetiva participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentaria para o exercício de 2022, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Paragrafo único Os mecanismos previsto no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

- I. Mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;
- II. Pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta Orçamentaria do Exercício;
- III. Adoção de metodologia de participação popular digital ou eletrônica através de formulário de consulta pública a ser disponibilizado na página da Prefeitura com ampla divulgação e definição de parâmetros e prazos; ou
- IV. Por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 33 O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao poder Legislativo para propor Modificações no Projeto de Lei Orçamentaria enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 34 Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Detalhamento da Despesa - QDDs relativos aos programas de trabalho integrantes da Lei Orçamentaria Anual.

§ 1º Os QDDs, relativos aos Programas de Trabalhos integrantes da Lei Orçamentária Anual, serão aprovados e publicados para efeito de execução orçamentaria, sendo:

- I. No âmbito do Poder Executivo, os QDDs serão aprovados via decreto, do Prefeito Municipal;
- II. No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, serão aprovados via ato próprios pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 2º As atividades, Projetos e Operações Especiais, aprovado na Lei Orçamentária serão detalhadas, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesas e Fonte de Recursos.

§ 3º Os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs deverão discriminar, as Atividades, Projetos e Operações Especiais consignado a cada Órgão e Unidade Orçamentaria, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recurso

§ 4º Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender as necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos, sendo:

- I. No âmbito do Poder Executivo, os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via decreto, do Prefeito Municipal;
- II. No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro para atender as necessidades de execução orçamentaria, via ato próprio do presidente da câmara de Vereadores.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

§ 5º As fontes de recursos de que trata o § 2º deste artigo, são as definidas na Resolução nº1268/08, TCM/BA, respectivas atualizações e alterações, que dispõe sobre os procedimentos das receitas públicas, institui a Tabela Única de Destinação de Recursos /Fonte de Recursos a ser utilizados pelos municípios do Estado da Bahia, e da outra providência, e respectivas atualizações.

§ 6º Os valores fixados as fontes poderão ser alteradas, no decurso do exercício financeiro, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, para atender as necessidades de execução Orçamentária, respeitadas sempre suas vinculações constitucionais, legais, e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito nas fontes previstas na Lei Orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais

Art. 35 Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º101/00.

Art. 36 As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com as disposições do art. 27 desta Lei.

CAPITULO III

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS

Art. 37 Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto no arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e arts. 38 e 39 desta Lei.

Art. 38 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- I. Estimativa do impacto orçamentário- financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II. Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentaria e financeira com a Lei Orçamentaria Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º Para fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

- I. Adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;
- II. Compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentarias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do art. 38, será acompanhada das premissas e metodologia de calculo utilizadas.

§ 3º Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos no inciso I e II do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21.06.93 e suas atualizações e alterações.

§ 4º As normas do art. 38 constituem condição previa para:

- I. Empenho e licitações de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;
- II. Desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 39 Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 38 e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, será compensado pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de calculo utilizada, sem prejuízo no exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentarias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica as despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

CAPITULO IV
AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS
SOCIAIS

Art. 40 Para os efeitos desta Lei entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município as entidades de previdência.

§ 1º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada do mês em referencia com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, adicionando-se ao somatório da base projetada eventuais acréscimos legais, alterações no sistema de remuneração, inclusive subsídios e planos de carreira e admissões para preenchimentos de cargos, empregos e funções, observados, além da legislação pertinente em vigor, os limites previsto na Lei Complementar Federal nº 101/00.

§ 2º Na estimativa das despesas de que trata o caput deste artigo, serão considerados ainda os valores referentes ao 13º salário, férias, contribuições sociais, impactos do salário-mínimo e outras variáveis que afetam as despesas de pessoal e encargos sociais.

Art. 41 Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art.18 da Lei Complementar nº 101/00, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos da legislação em vigor, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, observado o disposto no paragrafo único deste artigo.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Paragrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito de caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

- I. Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- II. Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quando de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrario, ou quando se tratar de cargos ou categorias extintas, total ou parcialmente.

Art. 42 As dotações Orçamentárias destinadas as despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2021, com base na folha de pagamento de maio de 2020, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art.19, inciso III da Lei Complementar nº101/2000:

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I. De indenização por demissão de servidores e empregados;
- II. Relativas a incentivos a demissão voluntária;
- III. Derivadas da aplicação do disposto no inciso II § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
- IV. Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

Art. 43 A verificação do comprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 42 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Paragrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

- I. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II. Criação de cargo, emprego ou função;
- III. Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV. Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V. Contratação de hora extra.

Art. 44 Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 42, sem prejuízo das medidas previstas no art.43 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art.169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I. Receber transferência voluntária;
- II. Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III. Contratar operações de crédito ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem a redução das despesas com pessoal.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Art. 45 O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

- I. Educação;
- II. Saúde;
- III. Fiscalização fazendária; e
- IV. Assistência à criança e ao adolescente.

CAPITULO V

AS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

Art. 46 Em caso de necessidade, o poder Executivo encaminhará á Câmara Municipal Projeto de Lei dispendo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I. Adaptação e ajustamento da legislação tributaria às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;
- II. Revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
- III. Aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário;
- IV. Geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;
- V. Estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

Parágrafo único – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Estado mediante a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício.



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

CAPÍTULO VI AS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

Seção 1 Das Disposições Gerais

Art. 47 A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 48 A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

- I. Ao endividamento público;
- II. Ao aumento dos gastos públicos com ações governamentais de duração continuada;
- III. Aos gastos com pessoal e encargos sociais.
- IV. A administração e gestão financeira.

Art. 49 São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 49 desta lei:

- I. O equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta colocada à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;
- II. A limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 53 desta Lei;
- III. A dotação de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;
- IV. A limitação e contenção dos gastos públicos;
- V. A administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

VI. A transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 50 - A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual, priorizados por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Seção II

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 51 A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § I,III, da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações, compreende o montante total, apurado sem duplicidades, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de Maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria nº 389, de 14 de junho de 2018 que aprova a 9ª edição do Manual de



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Demonstrativos fiscais - MDF com as alterações incluídas através da Portaria nº 878, de 18 de dezembro de 2018, que compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

§ 3º O endividamento líquido do Município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2004, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, III da Resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal, e suas alterações.

Art. 52 O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art.167, inciso III da Constituição Federal, observando as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações no nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º O montante global das operações de Crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e alterações.

CAPÍTULO VII

AS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS TRANSFERÊNCIAS

Art. 53 As Parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução da atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

de cooperação serão efetivadas em exata observância à Lei nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, com as alterações inseridas pela Lei nº 13.204, de 2015 e suas demais alterações e atualizações.

Art. 54 As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 55 Os pagamentos à conta de recursos recebidos do Município, abrangidos pelas Seções I e II deste Capítulo, estão sujeitos à identificação do beneficiário da despesa, por CPF ou CNPJ, e à movimentação dos recursos, por parte de convenientes ou executores, somente será realizada mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência.

Parágrafo único O Poder Executivo adotará providências com vistas ao registro e à divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas às prestações de contas de instrumentos de parceria, convênios ou instrumentos congêneres.

Seção I

Das Transferências ao Setor Privado

Subseção I

Das Subvenções Sociais

Art. 56 A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 4.320/64, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que prestem serviços essenciais nas áreas de educação, saúde, cultura ou de assistência social, quando tais entidades:

- I. Exerçam suas atividades de forma continuada;
- II. Prestem atendimento direto e gratuito à população;
- III. Sejam declarados ou reconhecidas de utilidade pública;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

IV. Estejam devidamente registradas nos órgãos próprios, em conformidade com a legislação em vigor.

Paragrafo Único – O registro de que trata o inciso IV do *caput* artigo poderá ser dispensado, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a Administração Pública Municipal.

Subseção II Das Subvenções Econômicas

Art. 57 A transferência de recursos nos termos dos arts. 18 e 19 da Lei Federal nº 4.320/64 e dos arts. 26 e 28 da Lei Complementar Federal nº 101/00, atenderá exclusivamente às despesas correntes destinadas à:

- I. Equalização de encargos financeiros ou de preços a produtores e vendedores de determinados gêneros alimentícios ou materiais;
- II. Pagamento de bonificações a produtores e vendedores de determinados gêneros alimentícios ou materiais;
- III. Ajuda financeira, a entidades com fins lucrativos.

§ 1º - Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício.

§ 2º - A transferência de recursos a título de subvenções econômicas dependerá de lei específica nos termos da legislação citada no *caput* deste artigo.

§ 3º - A despesa de que trata o *caput* será executada obrigatoriamente na modalidade de aplicação “60 – Transferências para Entidades Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – subvenções econômicas”.



Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Subseção III

Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 58 A transferência de recursos a título de contribuições correntes somente será destinada a entidades privadas sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o *caput* do art. 58 desta Lei.

Art. 59 A transferência de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o § 6º do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/64.

Subseção IV

Dos Auxílios

Art. 60 A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no § 6º art. 12 da Lei Federal nº 4.320/64, somente poderá ser destinada a entidades privadas sem fins lucrativos declaradas ou reconhecidas de utilidade pública, e desde que sejam:

- I. De atendimento direto e gratuito ao público em, pelo menos, uma das seguintes áreas:
 - a) De educação especial;
 - b) De habilitação, reabilitação, e integração de pessoas portadoras de necessidades especiais;
 - c) De assistência jurídica, médica, social e psicológica aos idosos, mulheres, crianças e adolescentes ameaçadas ou vítimas de violência;
- II. De atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas, visando o interesse do setor público;
- III. Voltadas ao desenvolvimento de atividades relativas à preservação do patrimônio histórico;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- IV. De atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;
- V. Voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associação ou cooperativa singular, social ou de produção, integradas por pessoas em situação de desvantagem socioeconômica;
- VI. Voltadas diretamente às atividades de extrativismo, pesca e agricultura de pequeno porte, realizadas por povos tradicionais e agricultores familiares, desde que constituídas sob a forma de associação ou cooperativa singular, social ou de produção integradas por pessoas em situação de desvantagem socioeconômica.

Subseção V

Das Disposições Gerais

Art. 61 A transferência de recursos a título de contribuições correntes e auxílios de que tratam os arts. 60 e 61 somente será destinada a entidades que preencham umas das seguintes condições:

- I. Estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;
- II. Sejam selecionadas para execução em parceria com a Administração Pública Estadual, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos, metas, compromissos e iniciativas previstos no Plano Plurianual 2022 – 2025.

§ 1º - A transferência de recursos a título de contribuição corrente e auxílios, não autorizada nos termos do inciso I do *caput*, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização do Chefe do executivo ou dirigente com delegação de competência, o qual conterà o critério de seleção, o objeto, o prazo do convênio ou instrumento congênere e a



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

justificativa para a escolha da entidade, as metas e os valores, bem como os beneficiários.

§ 2º - O disposto no *caput* e no § 1º aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio ou instrumento congêneres ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas decorrentes do referido instrumento correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2022.

Art. 62 As transferências caracterizadas nos títulos desta Seção serão classificadas, obrigatoriamente, na modalidade de aplicação “50 – transferências para entidades privadas sem fins lucrativos”, e nos elementos de despesa “41 – contribuições”, “42 – auxílio” ou “43 – subvenção social”, ressalvado o disposto no art. 59 desta Lei.

Art. 63 O Município, através do órgão ou entidade concedente, deverá divulgar e manter atualizada, em sua página na internet, relação das entidades beneficiadas com subvenções sociais, auxílios e contribuições, contendo, pelo menos:

- I. Nome e CNPJ;
- II. Nome, função e CPF dos dirigentes;
- III. Área de atuação;
- IV. Endereço da sede;
- V. Número do convênio ou instrumento congêneres, data da celebração, publicação e vigência, objeto e valor;
- VI. Valores transferidos e respectivas datas.

Art. 64 As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP nos termos na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999 e suas alterações e atualizações, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei Federal nº 4.320/64, por meio dos seguintes instrumentos.

- I. Termo de parceria caso em que deverá observada a legislação específica pertinente a essas entidade e processo seletivo de ampla divulgação;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- II. Convênio ou outro instrumento congêneres, caso em que deverá ser observado o conjunto das disposições legais aplicáveis a transferências de recursos para o setor privado.

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 65 Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei nº 4.320/64, combinado com o previsto na Lei Complementar 141/2012 e demais diplomas legais em vigor, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Art. 66 Se o projeto de Lei Orçamentária de 2022 não for aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2021, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, até a edição da respectiva Lei Orçamentária, observada uma das hipóteses e definições contidas nos §§ 1º e 2º a seguir:

§ 1º a programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 poderá ser executada na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Federal ou Estadual;

§ 2º a programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 poderá ser executada a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta Orçamentária das seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos;
- II. Serviços da dívida;
- III. Despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde, educação, assistência social e serviços essenciais com financiamento específico;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- IV. Investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V. Outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;
- VI. Contrapartida de Convênios e instrumentos similares.

§ 2º Ficam excluídas das limitações previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 67 Em exato cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 67 da Constituição do Estado da Bahia, a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação dos projetos de lei relativos às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual.

Art. 68 Em ocorrendo as hipóteses de rejeição total pelo Legislativo Municipal, caberá ao Judiciário, em pronunciamento definitivo, decidir a demanda conforme determina Instrução do Tribunal de Contas do Municípios do Estado da Bahia.

Parágrafo Único – Inexistindo a decisão prevista no art. 70 desta Lei, o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/BA) efetivará o acompanhamento da execução orçamentária a partir do projeto de lei encaminhado à Câmara, já que o Executivo não poderá deixar de atender às necessidades das comunidades.

Art. 69 Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 70 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definido no art. 9º.

Parágrafo único – A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa respectivo.

Art. 71 O Município adotará as providências necessárias à exata observância e cumprimento ao processo de consolidação, fortalecimento e manutenção da Convergência da Contabilidade Pública, objetivando o atendimento as disposições definidas em Portarias Conjuntas das Secretarias do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão bem como, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP/STN) suas alterações e atualizações, e ainda ao Decreto nº 10.540 de 5 de novembro de 2020.

Art. 72 O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual, com órgãos e entidades da administração pública Federal, Estadual e de outros Municípios.

Art. 73 Se verificado ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

§1º A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§2º Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos;
- II. Serviços da dívida;
- III. Decorrentes de financiamentos;



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

- IV. Decorrentes de convênios;
- V. As sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

Art. 74 A proposta Orçamentária, observado disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00, conterà dotação global denominada “Reserva de Contingência”, sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, constituída exclusivamente dos recursos do Orçamento Fiscal, em montante máximo correspondente a até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do Município do exercício de 2022, a ser utilizada como fonte de recursos para atendimento a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive as alterações e adequações orçamentárias, via abertura de créditos adicionais, em conformidade com o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 75 Integrarão a presente Lei os Anexos e Demonstrativos correspondentes:

§1º Os Anexos e Demonstrativos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da elaboração do Projeto a Lei Orçamentária 2022, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, da legislação municipal específica e, também, a definição das transferências constantes do projeto orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 76 Os Anexos da Lei do Plano Plurianual para os exercícios financeiro de 2022 a 2025 e desta Lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizadas em lei.

Art. 77 Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dividas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, conforme contido no Anexo III,



PREFEITURA DE
IBICUÍ
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Praça São Pedro, nº 100, Centro - Ibicuí
CEP: 45290-000
Telefone: 73 3272-2294
CNPJ: 13.857.701/0001-93

Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionários de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos, observado o definido na Portaria nº 389, de 14 de junho de 2018 que aprova a 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) com as alterações incluídas através da Portaria nº 878, de 17 de outubro de 2018 e atualizações, que compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 78 Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no art. 74 só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

Art. 79 Esta Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBICUÍ, ESTADO DA BAHIA, 16 de junho de 2021.


Marcos Galvão de Assis
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0101	CÂMARA MUNICIPAL					
1001	AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CÂMARA 01 Legislativa 122 Administração Geral	P	PODER LEGISLATIVO	Sede Tipo Programa: Gestão de Políticas	01 Unidade	23.100,00
2001	GESTÃO DAS AÇÕES DO PLENÁRIO 01 Legislativa 122 Administração Geral	A	PODER LEGISLATIVO	Sede Tipo Programa: Gestão de Políticas	01 Unidade	963.500,00
2002	GESTÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL 01 Legislativa 122 Administração Geral	A	PODER LEGISLATIVO	Sede Tipo Programa: Gestão de Políticas	01 Unidade	842.600,00
Total da Unidade:						1.829.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0201	GABINETE DO PREFEITO					
2003	GESTÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE DO PREFEITO 04 Administração 122 Administração Geral	A	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Sede Tipo Programa: Gestão de Políticas	01 Unidade	719.400,00
2004	GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL 04 Administração 122 Administração Geral	A	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Sede Tipo Programa: Gestão de Políticas	01 Unidade	266.000,00
2005	GESTÃO DOS SERVIÇOS DA PROCURADORIA 04 Administração 122 Administração Geral	A	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Sede Tipo Programa: Gestão de Políticas	01 Unidade	83.300,00
2006	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA 04 Administração 124 Controle Interno	A	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Sede Tipo Programa: Gestão de Políticas	01 Unidade	86.800,00
Total da Unidade:						1.155.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I

Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0301	PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO					
2007	PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E PROJETOS 04 Administração 121 Planejamento e Orçamento	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	91.600,00
2008	GESTÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO 04 Administração 122 Administração Geral	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	670.500,00
Total da Unidade:						762.100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0401	ADMINISTRAÇÃO DOS DISTRITOS					
2009	GESTÃO DOS SERVIÇOS DA COORDENADORIA DO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 04 Administração 122 Administração Geral	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	68.100,00
2010	GESTÃO DOS SERVIÇOS DA COORDENADORIA DO DISTRITO DE IBITUPÁ 04 Administração 122 Administração Geral	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	68.100,00
Total da Unidade:						594.264,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I

Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0501	INFRAESTRUTURA E URBANISMO					
1002	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ESPAÇO DA FEIRA E MERCADOS 15 Urbanismo 451 Infra-estrutura Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	675.000,00
1003	MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS 15 Urbanismo 451 Infra-estrutura Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	29.500,00
1004	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 15 Urbanismo 451 Infra-estrutura Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	10.800,00
1005	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS NO DISTRITO DE IBITUPÁ 15 Urbanismo 451 Infra-estrutura Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	18.000,00
1006	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS NA ZONA RURAL 15 Urbanismo 451 Infra-estrutura Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Zona Rural Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	18.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0501	INFRAESTRUTURA E URBANISMO					
1007	OBRAS DE INFRAESTRUTURA	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	640.000,00
1008	OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 15 Urbanismo 451 Infra-estrutura Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	220.000,00
1009	OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO DISTRITO DE IBITUPÁ 15 Urbanismo 451 Infra-estrutura Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	201.000,00
1010	CONSTRUÇÃO E MELHORIAS DE CASAS POPULARES 16 Habitação 482 Habitação Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	65.000,00
1011	CONSTRUÇÃO E MELHORIAS DE CASAS POPULARES NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 16 Habitação 482 Habitação Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	42.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0501	INFRAESTRUTURA E URBANISMO					
1012	CONSTRUÇÃO E MELHORIAS DE CASAS POPULARES NO DISTRITO DE IBITUPÁ 16 Habitação 482 Habitação Urbana	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	42.500,00
1013	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	86.000,00
1014	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO DISTRITO DE IBITUPÁ 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	66.000,00
1015	IMPLANTAÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E PLUVIAIS NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	59.800,00
1016	IMPLANTAÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E PLUVIAIS NO DISTRITO DE IBITUPÁ 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0501	INFRAESTRUTURA E URBANISMO					
1017	OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	141.000,00
1018	IMPLANTAÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIOS E PLUVIAIS 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	175.000,00
1019	IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	200.000,00
1020	CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E PONTES 26 Transporte 782 Transporte Rodoviário	P	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Zona Rural Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	85.000,00
2011	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS 15 Urbanismo 451 Infra-estrutura Urbana	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	271.700,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I

Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0501	INFRAESTRUTURA E URBANISMO					
2012	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	540.000,00
2013	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 15 Urbanismo 452 Serviços Urbanos	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	49.800,00
2014	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA NO DISTRITO DE IBITUPÁ 15 Urbanismo 452 Serviços Urbanos	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	64.700,00
2015	GESTÃO DA SECRETARIA E INFRAESTRUTURA E URBANISMO 15 Urbanismo 452 Serviços Urbanos	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	1.966.900,00
2016	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 15 Urbanismo 752 Energia Elétrica	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	357.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0501	INFRAESTRUTURA E URBANISMO					
2017	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 15 Urbanismo 752 Energia Elétrica	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	63.700,00
2018	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO DISTRITO DE IBITUPÁ 15 Urbanismo 752 Energia Elétrica	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	74.600,00
2019	MANUTENÇÃO DE REDES DE ESGOTOS 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	101.700,00
2020	MANUTENÇÃO DE REDES DE ESGOTOS NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	49.400,00
2021	MANUTENÇÃO DE REDES DE ESGOTOS NO DISTRITO DE IBITUPÁ 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	48.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Fisicas	Valor
0501	INFRAESTRUTURA E URBANISMO					
2022	MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	32.400,00
2023	MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO DISTRITO DE IBITUPÁ 17 Saneamento 512 Saneamento Básico Urbano	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	35.400,00
2024	MELHORIA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS ZONA RURAL 26 Transporte 782 Transporte Rodoviário	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Zona Rural Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	93.000,00
Total da Unidade:						6.579.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0601	FINANÇAS E GESTÃO					
2025	ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 04 Administração 122 Administração Geral	A	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESSENCIAIS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	90.000,00
2026	GESTÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS E GESTÃO 04 Administração 123 Administração Financeira	A	FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICAS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	4.720.900,00
2027	PARCELAMENTO E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 28 Encargos especiais 843 Serviço da Dívida Interna	A	FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICAS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	455.000,00
2028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA 99 Reserva de Contingência 999 Reserva de Contingência	A	FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICAS	Sede Tipo Programa: Apoio Administrativo	01 Unidade	119.700,00
Total da Unidade:						5.385.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Fisicas	Valor
0701	EDUCAÇÃO					
1021	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO 12 Educação 361 Ensino Fundamental	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	95.500,00
1022	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 12 Educação 361 Ensino Fundamental	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	181.000,00
1023	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 12 Educação 361 Ensino Fundamental	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	114.000,00
1024	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO DISTRITO DE IBITUPÁ 12 Educação 361 Ensino Fundamental	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	112.000,00
1025	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ZONA RURAL 12 Educação 361 Ensino Fundamental	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Zona Rural Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	94.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Fisicas	Valor
0701	EDUCAÇÃO					
1026	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	150.000,00
1027	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO INFANTIL 12 Educação 365 Educação Infantil	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	151.300,00
1028	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNID. DO ENSINO INFANTIL NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 12 Educação 365 Educação Infantil	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	157.300,00
1029	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNID. DO ENSINO INFANTIL NO DISTRITO DE IBITUPÁ 12 Educação 365 Educação Infantil	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	128.300,00
1030	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNID. DO ENSINO INFANTIL NA ZONA RURAL 12 Educação 365 Educação Infantil	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Zona Rural Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	117.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Fisicas	Valor
0701	EDUCAÇÃO					
2029	APOIO AOS CONSELHOS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	53.000,00
2030	MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 12 Educação 306 Alimentação e Nutrição	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	530.400,00
2031	GESTÃO DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO 12 Educação 361 Ensino Fundamental	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	546.800,00
2032	CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO 12 Educação 361 Ensino Fundamental	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	76.000,00
2033	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL 12 Educação 361 Ensino Fundamental	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	10.892.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Fisicas	Valor
0701	EDUCAÇÃO					
2034	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 12 Educação 361 Ensino Fundamental	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	227.500,00
2035	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 12 Educação 361 Ensino Fundamental	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	699.000,00
2036	APOIO AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO 12 Educação 364 Ensino Superior	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	15.000,00
2037	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL 12 Educação 365 Educação Infantil	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	2.058.900,00
2038	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 12 Educação 365 Educação Infantil	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	236.100,00
Total da Unidade:						16.635.700,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0702	CULTURA					
1031	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CULTURA 13 Cultura 392 Difusão Cultural	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	30.000,00
2039	APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E FESTEJOS TRADICIONAIS 13 Cultura 392 Difusão Cultural	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	1.343.500,00
2040	APOIO A REAL. DE EVENTOS CULT. E FESTEJOS TRADICIONAIS NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 13 Cultura 392 Difusão Cultural	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	54.000,00
2041	APOIO A REAL. DE EVENTOS CULT. E FESTEJOS TRADICIONAIS NO DISTRITO DE IBITUPÁ 13 Cultura 392 Difusão Cultural	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	60.000,00
2042	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE CULTURA 13 Cultura 392 Difusão Cultural	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	110.500,00
Total da Unidade:						1.598.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0703	ESPORTE					
1032	CONST. E RECUPERAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL, GINÁSIO E QUADRAS POLIESPORTIVAS	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	639.000,00
	27 Desporto e Lazer 812 Desporto Comunitário					
1033	CONST. E RECUPERAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL, GINÁSIO E QUADRAS POLIESPORTIVAS NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	24.000,00
	27 Desporto e Lazer 812 Desporto Comunitário					
1034	CONST. E RECUPERAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL, GINÁSIO E QUADRAS POLIESPORTIVAS NO DISTRITO D IBITUPÁ	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	24.000,00
	27 Desporto e Lazer 812 Desporto Comunitário					
1035	CONST. E RECUPERAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL, GINÁSIO E QUADRAS POLIESPORTIVAS NA ZONA RURAL	P	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Zona Rural Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	18.000,00
	27 Desporto e Lazer 812 Desporto Comunitário					
2043	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ESPORTES	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	70.100,00
	27 Desporto e Lazer 812 Desporto Comunitário					



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0703	ESPORTE					
2044	APOIO AO DESPORTO AMADOR	A	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	36.000,00
Total da Unidade:						811.100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I

Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0801	SAÚDE					
1036	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE 10 Saúde 126 Tecnologia da Informação	P	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	446.700,00
1037	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA 10 Saúde 301 Atenção Básica	P	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	592.000,00
1038	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 10 Saúde 301 Atenção Básica	P	SAÚDE PARA TODOS	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	89.900,00
1039	CONSTR. AMPL. E REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA NO DISTRITO DE IBITUPÁ 10 Saúde 301 Atenção Básica	P	SAÚDE PARA TODOS	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	372.000,00
1040	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA NA ZONA RURAL 10 Saúde 301 Atenção Básica	P	SAÚDE PARA TODOS	Zona Rural Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	85.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI
PRAÇA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0801	SAÚDE					
1041	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE PARA ATENÇÃO BÁSICA 10 Saúde 301 Atenção Básica	P	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	200.000,00
1042	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE PARA MÉDIA COMPLEXIDADE 10 Saúde 301 Atenção Básica	P	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	250.000,00
1043	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE 10 Saúde 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	P	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	331.000,00
2045	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 10 Saúde 122 Administração Geral	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	2.328.000,00
2046	APOIO AOS CONSELHOS MUNICIPAL DE SAÚDE 10 Saúde 122 Administração Geral	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	30.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0801	SAÚDE					
2047	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	2.944.500,00
2048	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE 10 Saúde 301 Atenção Básica	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	1.547.600,00
2049	SAÚDE BUCAL 10 Saúde 301 Atenção Básica	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	422.000,00
2050	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA SAÚDE 10 Saúde 301 Atenção Básica	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	152.000,00
2051	ATENÇÃO À SAÚDE EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC 10 Saúde 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	1.032.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Fisicas	Valor
0801	SAÚDE					
2052	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	144.900,00
2053	MANUTENÇÃO COMPONENTE BÁSICO DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA 10 Saúde 303 Suporte Profilático e Terapêutico	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	151.000,00
2054	VIGILÂNCIA SANITÁRIA 10 Saúde 304 Vigilância Sanitária	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	86.800,00
2055	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA 10 Saúde 305 Vigilância Epidemiológica	A	SAÚDE PARA TODOS	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	504.600,00
Total da Unidade:						11.711.100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0901	DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
1044	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS UNIDADES ASSISTENCIAIS 08 Assistência Social 244 Assistência Comunitária	P	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	180.000,00
1045	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08 Assistência Social 244 Assistência Comunitária	P	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	81.600,00
1046	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 08 Assistência Social 244 Assistência Comunitária	P	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	29.600,00
1047	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO DE IBITUPÁ 08 Assistência Social 244 Assistência Comunitária	P	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	29.600,00
2056	GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08 Assistência Social 122 Administração Geral	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	466.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
0901	DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
2057	GESTÃO DOS SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE 08 Assistência Social 122 Administração Geral	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	108.200,00
2058	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA 08 Assistência Social 122 Administração Geral	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	93.300,00
2059	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL 08 Assistência Social 242 Assistência ao Portador de Deficiência	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	225.600,00
2060	PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA 08 Assistência Social 243 Assistência à Criança e ao Adolescente	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	113.500,00
2061	BENEFÍCIOS EVENTUAIS 08 Assistência Social 244 Assistência Comunitária	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	25.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Fisicas	Valor
0901	DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
2062	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	207.800,00
2063	PROTEÇÃO SOCIAL A GRUPOS ESPECÍFICOS 08 Assistência Social 244 Assistência Comunitária	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	92.800,00
2064	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 08 Assistência Social 306 Alimentação e Nutrição	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	24.000,00
2065	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA 08 Assistência Social 334 Fomento ao Trabalho	A	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	4.800,00
Total da Unidade:						1.682.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Físicas	Valor
1001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
2066	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE MEIO AMBIENTE 18 Gestão Ambiental 122 Administração Geral	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	98.400,00
2067	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL 18 Gestão Ambiental 541 Preservação e Conservação Ambiental	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	11.000,00
2068	CONTROLE AMBIENTAL 18 Gestão Ambiental 542 Controle Ambiental	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	11.000,00
2069	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS 18 Gestão Ambiental 543 Recuperação de Áreas Degradadas	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	11.000,00
2070	RECURSOS HÍDRICOS 18 Gestão Ambiental 544 Recursos Hídricos	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	11.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I

Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Fisicas	Valor
1001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
2071	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE AGRICULTURA	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	226.700,00
2072	APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 20 Agricultura 605 Abastecimento	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	20.000,00
2073	APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DISTRITO DE ÁGUA DOCE 20 Agricultura 605 Abastecimento	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Distrito de Água Doce Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	10.000,00
2074	APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DISTRITO DE IBITUPÁ 20 Agricultura 605 Abastecimento	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Distrito de Ibitupá Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	10.000,00
2075	APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ZONA RURAL 20 Agricultura 605 Abastecimento	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Zona Rural Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUÍ
PRACA SAO PEDRO, 100
CENTRO
IBICUI - BA
C.N.P.J.: 13.857.701/0001-93

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022 - ANEXO I
Prioridades e Metas

Adequação Legal do PPA: 329 Artigo 165, § 1º da Const.Federal

Código	Descrição da Unidade	Tipo	Descrição do Programa	Regionalização	Metas Fisicas	Valor
1001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
2076	PROMOÇÃO A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	16.800,00
2077	DEFESA SANITÁRIA AGROPECUÁRIA 20 Agricultura 609 Defesa Agropecuária	A	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	Sede Tipo Programa: Finalístico	01 Unidade	17.000,00
Total da Unidade:						452.900,00
Total Geral das Unidades do PPA:						48.739.500,00

MUNICÍPIO DE IBICUI - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
METAS ANUAIS
EXERCÍCIO 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	48.739.500,00	46.507.156,00	0,015	51.615.130,50	47.659.400,00	0,016	54.583.000,50	48.931.421,00	0,017
Receitas Não-Financeiras (I)	48.144.300,00	45.939.218,00	0,015	50.984.813,70	47.077.390,00	0,016	53.916.440,48	48.333.878,00	0,017
Despesa Total	48.739.500,00	46.507.156,00	0,015	51.615.130,50	47.659.400,00	0,016	54.583.000,50	48.931.421,00	0,017
Despesa Não-Financeira (II)	48.284.500,00	46.072.996,00	0,015	51.135.430,50	47.216.464,00	0,016	54.077.700,50	48.478.441,00	0,017
Resultado Primário (I – II)	(140.200,00)	(133.778,00)	0,000	(150.616,80)	(139.074,00)	0,000	(161.260,02)	(144.563,00)	0,000
Resultado Nominal	375.469,97	358.273,00	0,000	334.055,56	308.454,00	0,000	314.236,67	281.700,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	39.737.778,12	37.917.727,00	0,013	40.071.833,68	37.000.770,00	0,013	40.386.070,36	36.204.456,00	0,013
Dívida Consolidada Líquida	39.737.778,12	37.917.727,00	0,013	40.071.833,68	37.000.770,00	0,013	40.386.070,36	36.204.456,00	0,013

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2022	2023	2024
PIB real (crescimento % anual)	3,20	2,40	2,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,30	5,25	5,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação (IPCA)	4,8	3,5	3,25
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	316.300,00	324.000,00	332.000,00
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:	8,00	5,90	5,75

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO 2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2020 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2020 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	40.929.000,00	0,013	62.235.030,45	0,020	21.306.030,45	52,06
Receita Não-Financeira (I)	40.660.100,00	0,013	62.036.974,74	0,020	21.376.874,74	52,57
Despesa Total	40.929.000,00	0,013	46.513.023,01	0,015	5.584.023,01	13,64
Despesa Não-Financeira (II)	40.652.700,00	0,013	47.830.168,74	0,015	7.177.468,74	17,66
Resultado Primário (I-II)	7.400,00	0,000	14.206.806,00	0,004	14.199.406,00	191.883,86
Resultado Nominal	(232.000,00)	0,000	14.058.025,67	0,004	14.290.025,67	(6.159,49)
Dívida Pública Consolidada	36.496.871,44	0,012	40.172.778,12	0,013	3.675.906,68	10,07
Dívida Consolidada Líquida	36.496.871,44	0,012	25.434.169,41	0,008	(11.062.702,03)	(30,31)

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO 2022

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4o, §2o, inciso II)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES								
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	40.929.000,00	42.649.200,00	104,20	48.739.500,00	119,08	51.615.130,50	126,11	54.583.000,50	133,36
Receitas Não-Financeiras (I)	40.660.100,00	42.355.000,00	104,17	48.144.300,00	118,41	50.984.813,70	125,39	53.916.440,48	132,60
Despesa Total	40.929.000,00	42.649.200,00	104,20	48.739.500,00	119,08	51.615.130,50	126,11	54.583.000,50	133,36
Despesas Não-Financeiras (II)	40.652.700,00	42.386.700,00	104,27	48.284.500,00	118,77	51.135.430,50	125,79	54.077.700,50	133,02
Resultado Primário (I - II)	7.400,00	(31.700,00)	(428,38)	(140.200,00)	(1.894,59)	(150.616,80)	(2.035,36)	(161.260,02)	(2.179,19)
Resultado Nominal	(232.000,00)	(220.400,00)	95,00	375.469,97	(161,84)	334.055,56	(143,99)	314.236,67	(135,45)
Dívida Pública Consolidada	36.496.871,44	39.362.308,15	107,85	39.737.778,12	108,88	40.071.833,68	109,80	40.386.070,36	110,66
Dívida Consolidada Líquida	36.496.871,44	39.362.308,15	107,85	39.737.778,12	108,88	40.071.833,68	109,80	40.386.070,36	110,66

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES								
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	39.354.808,00	41.008.846,00	104,20	46.507.156,00	118,17	47.659.400,00	121,10	48.931.421,00	124,33
Receitas Não-Financeiras (I)	39.096.250,00	40.725.962,00	104,17	45.939.218,00	117,50	47.077.390,00	120,41	48.333.878,00	123,63
Despesa Total	39.354.808,00	41.008.846,00	104,20	46.507.156,00	118,17	47.659.400,00	121,10	48.931.421,00	124,33
Despesas Não-Financeiras (II)	39.089.135,00	40.756.442,00	104,27	46.072.996,00	117,87	47.216.464,00	120,79	48.478.441,00	124,02
Resultado Primário (I - II)	7.115,00	(30.480,00)	(428,39)	(133.778,00)	(1.880,22)	(139.074,00)	(1.954,66)	(144.563,00)	(2.031,81)
Resultado Nominal	(223.077,00)	(211.923,00)	95,00	358.273,00	(160,61)	308.454,00	(138,27)	281.700,00	(126,28)
Dívida Pública Consolidada	35.093.146,00	37.848.373,00	107,85	37.917.727,00	108,05	37.000.770,00	105,44	36.204.456,00	103,17
Dívida Consolidada Líquida	35.093.146,00	37.848.373,00	107,85	37.917.727,00	108,05	37.000.770,00	105,44	36.204.456,00	103,17

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUI - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO 2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4o)

R\$

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	4.795.961,60	100,00	14.863.004,54	100,00	14.706.335,28	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.795.961,60	100,00	14.863.004,54	100,00	14.706.335,28	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO 2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (d)	2018
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
TOTAL (I)	-	-	-
DESPESAS LIQUIDADAS	2020 (b)	2019 (e)	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
TOTAL (II)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I-II)	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO 2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO 2022

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

R\$

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	
-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO 2022

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
TOTAL			-	-	-	

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO 2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$

EVENTO	Valor Previsto 2022
Aumento Permanente da Receita	4.229.000,00
(-) Transferências constitucionais	668.300,00
(-) Transferências ao FUNDEB	133.100,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.427.600,00
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.427.600,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	3.427.600,00

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 2º)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO		
	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	43.583.400,00	46.154.820,60	48.808.722,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	2.043.300,00	2.163.854,70	2.288.276,35
Impostos	1.855.500,00	1.964.974,50	2.077.960,54
Taxas	187.800,00	198.880,20	210.315,81
Contribuições	327.200,00	346.504,80	366.428,83
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	327.200,00	346.504,80	366.428,83
Receita Patrimonial	171.100,00	181.194,90	191.613,61
Aplicações Financeiras	164.600,00	174.311,40	184.334,31
Outras Receitas Patrimoniais	6.500,00	6.883,50	7.279,30
Receita de Serviços	15.600,00	16.520,40	17.470,32
Serviços de Saúde - FMS	-	-	-
Outros Serviços	15.600,00	16.520,40	17.470,32
Transferências Correntes	40.864.500,00	43.275.505,50	45.763.847,06
Transferências Intergovernamentais	39.978.100,00	42.336.807,90	44.771.174,35
Transferências da União	22.898.000,00	24.248.982,00	25.643.298,45
Cota-Parte do FPM	17.202.800,00	18.217.765,20	19.265.286,70
Dedução para o FUNDEB - FPM	(3.440.600,00)	(3.643.595,40)	(3.853.102,14)
ITR	59.400,00	62.904,60	66.521,61
Dedução para o FUNDEB - ITR	(11.900,00)	(12.602,10)	(13.326,72)
Transf. Financeira do ICMS-Desoneração-LC nº 87/96	29.400,00	31.134,60	32.924,84
Dedução para o FUNDEB-ICMS-Desoneração-LC nº 87/96	(5.900,00)	(6.248,10)	(6.607,37)
Transferências de Recursos do SUS - FMS	5.458.100,00	5.780.127,90	6.112.485,26
Outras Transferências da União	3.606.700,00	3.819.495,30	4.039.116,27
Transferências dos Estados	4.485.100,00	4.749.720,90	5.022.829,86
ICMS	4.496.900,00	4.762.217,10	5.036.044,58
Dedução para o FUNDEB - ICMS	(899.400,00)	(952.464,60)	(1.007.231,31)
IPVA	384.400,00	407.079,60	430.486,68
Dedução para o FUNDEB - IPVA	(76.900,00)	(81.437,10)	(86.119,73)
IPI-Exportação	41.700,00	44.160,30	46.699,52
Dedução para o FUNDEB - IPI-Exportação	(8.300,00)	(8.789,70)	(9.295,11)
Transferências de Recursos para o FMS	408.600,00	432.707,40	457.588,08
Outras Transferências dos Estados	138.100,00	146.247,90	154.657,15
Transferências Multigovernamentais	12.595.000,00	13.338.105,00	14.105.046,04
Transferências de Recursos do FUNDEB	9.403.000,00	9.957.777,00	10.530.349,18
Transferências de Recursos da Compl. do FUNDEB	3.192.000,00	3.380.328,00	3.574.696,86
Transferências de Convênios	886.400,00	938.697,60	992.672,71
Outras Receitas Correntes	161.700,00	171.240,30	181.086,61
Receitas Diversas	161.700,00	171.240,30	181.086,61
RECEITAS DE CAPITAL	5.156.100,00	5.460.309,90	5.774.277,72
Operações de Crédito	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Alienação de Bens	103.400,00	109.500,60	115.796,88
Transferências de Capital	5.052.700,00	5.350.809,30	5.658.480,84
Transferências de Recursos do SUS - FMS	129.300,00	136.928,70	144.802,10
Transferências de Recursos para Proqramas de Educação	226.500,00	239.863,50	253.655,65
Transferências de Convênios	4.696.900,00	4.974.017,10	5.260.023,09
TOTAL	48.739.500,00	51.615.130,50	54.583.000,50

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS POR FONTE
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º)

RS

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ARRECADADA			PREVISTA			
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	33.279.169,45	36.208.367,64	60.101.724,31	39.354.400,00	43.583.400,00	46.154.820,60	48.808.722,78
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	1.300.350,34	2.106.419,40	2.592.073,87	1.327.000,00	2.043.300,00	2.163.854,70	2.288.276,35
IMPOSTOS	1.231.076,11	1.944.354,72	2.380.741,52	1.255.000,00	1.855.500,00	1.964.974,50	2.077.960,54
IRRF - Trabalho	201.005,57	143.041,53	905.983,37	425.900,00	460.000,00	487.140,00	515.150,55
IRRF - Outros Rendimentos	207.553,15	347.116,71	187.162,79	119.600,00	229.200,00	242.722,80	256.679,36
IPTU - Principal	50.437,56	60.455,15	24.007,17	101.700,00	109.800,00	116.278,20	122.964,20
IPTU - Multas e Juros	561,62	954,32	-	2.400,00	2.600,00	2.753,40	2.911,72
IPTU - Dívida Ativa	1.620,49	1.466,58	-	23.900,00	25.800,00	27.322,20	28.893,23
IPTU - Dívida Ativa - Multas	262,00	528,45	-	2.400,00	2.600,00	2.753,40	2.911,72
ITBI - Principal	257.037,94	383.380,98	396.371,11	119.600,00	329.200,00	348.622,80	368.668,61
ITBI - Multas e Juros	-	-	-	1.200,00	1.300,00	1.376,70	1.455,86
ITBI - Dívida Ativa	-	-	-	2.500,00	2.700,00	2.859,30	3.023,71
ITBI - Dívida Ativa - Multas	-	-	-	2.500,00	2.700,00	2.859,30	3.023,71
ISQN - Principal	512.581,80	1.003.013,80	867.217,08	445.800,00	681.500,00	721.708,50	763.206,74
ISQN - Multas e Juros	15,98	4.397,20	-	2.500,00	2.700,00	2.859,30	3.023,71
ISQN - Dívida Ativa	-	-	-	2.500,00	2.700,00	2.859,30	3.023,71
ISQN - Dívida Ativa - Multas e Juros	-	-	-	2.500,00	2.700,00	2.859,30	3.023,71
TAXAS	69.274,23	162.064,68	211.332,35	72.000,00	187.800,00	198.880,20	210.315,81
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	53.964,61	143.626,99	208.115,26	66.000,00	181.300,00	191.996,70	203.036,51
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	53.955,41	55.470,42	15.812,96	60.000,00	64.800,00	68.623,20	72.569,03
Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal	-	85.936,26	179.350,78	-	95.000,00	100.605,00	106.389,79
Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Multas e Juros	9,20	328,81	12.951,52	-	15.000,00	15.885,00	16.798,39
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	-	1.891,50	-	6.000,00	6.500,00	6.883,50	7.279,30
Taxas pela Prestação de Serviços	15.309,62	18.437,69	3.217,09	6.000,00	6.500,00	6.883,50	7.279,30
Taxas pela Prestação de Serviços	15.309,62	18.437,69	3.217,09	6.000,00	6.500,00	6.883,50	7.279,30
CONTRIBUIÇÕES	-	-	292.038,36	-	327.200,00	346.504,80	366.428,83
CONTRIBUIÇÕES DE CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-	-	292.038,36	-	327.200,00	346.504,80	366.428,83
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	292.038,36	-	327.200,00	346.504,80	366.428,83
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	85.936,26	292.038,36	-	327.200,00	346.504,80	366.428,83
RECEITA PATRIMONIAL	54.563,50	40.025,47	198.055,71	204.700,00	171.100,00	181.194,90	191.613,61
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	-	-	-	6.000,00	6.500,00	6.883,50	7.279,30
Aluguéis e Arrendamentos	-	-	-	6.000,00	6.500,00	6.883,50	7.279,30
VALORES MOBILIÁRIOS	54.563,50	40.025,47	198.055,71	198.700,00	164.600,00	174.311,40	184.334,31
Remuneração de Depósitos Bancários	54.563,50	40.025,47	198.055,71	198.700,00	164.600,00	174.311,40	184.334,31
RECEITA DE SERVIÇOS	17.640,00	-	-	14.400,00	15.600,00	16.520,40	17.470,32
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	17.640,00	-	-	14.400,00	15.600,00	16.520,40	17.470,32
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	17.640,00	-	-	14.400,00	15.600,00	16.520,40	17.470,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.906.615,61	34.024.052,18	53.492.995,24	37.700.400,00	40.864.500,00	43.275.505,50	45.763.847,06
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	18.540.634,67	20.735.676,79	23.091.987,83	20.256.700,00	23.331.900,00	24.708.482,10	26.129.219,80
FPM - Cota Mensal	14.008.142,75	15.266.416,51	14.571.097,83	16.852.900,00	17.202.800,00	18.217.765,20	19.265.286,70

MUNICÍPIO DE IBICUI - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS POR FONTE
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º)

R\$

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ARRECADADA			PREVISTA			
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Dedução para o FUNDEB - FPM	(2.801.628,71)	(3.053.283,06)	(2.914.219,30)	(3.370.600,00)	(3.440.600,00)	(3.643.595,40)	(3.853.102,14)
FPM - 1% Cota Entregue em Julho	621.930,10	649.010,50	655.826,75	711.600,00	798.600,00	845.717,40	894.346,15
FPM - 1% Cota Entregue em Dezembro	606.787,71	673.404,59	657.224,98	679.300,00	803.700,00	851.118,30	900.057,60
ITR	54.210,64	50.811,36	46.889,53	18.000,00	59.400,00	62.904,60	66.521,61
Dedução para o FUNDEB - ITR	(10.842,02)	(10.162,16)	(9.377,80)	(3.600,00)	(11.900,00)	(12.602,10)	(13.326,72)
CFEM	-	-	-	2.400,00	2.600,00	2.753,40	2.911,72
ROYALTIES	17.352,03	13.025,49	9.243,01	21.600,00	18.300,00	19.379,70	20.494,03
FEP	233.093,19	235.283,87	234.388,95	203.400,00	279.700,00	296.202,30	313.233,93
Transferências de Recursos do SUS	4.663.261,99	4.913.529,13	6.175.996,66	2.946.800,00	5.458.100,00	5.780.127,90	6.112.485,26
Piso de Atenção Básico Fixo - PAB Fixo	2.245.361,87	3.779.888,14	1.576.758,27	523.200,00	1.215.100,00	1.286.790,90	1.360.781,38
Saúde da Família - SF	761.370,00	93.000,00	52.500,00	979.500,00	268.000,00	283.812,00	300.131,19
Agente Comunitária de Saúde - ACS	533.667,00	461.000,00	623.431,51	178.500,00	792.800,00	839.575,20	887.850,77
Saúde Bucal - SB	157.525,00	17.740,00	-	164.400,00	177.600,00	188.078,40	198.892,91
Programa de Melhoria de Acesso e da Qualidade - PMAQ	146.415,79	-	121.807,28	182.600,00	197.200,00	208.834,80	220.842,80
Núcleo de Apoio à Família - NASF	200.000,00	-	-	223.400,00	241.300,00	255.536,70	270.230,06
Assistência Financeira Complementar - ACS - 95%	-	-	-	447.500,00	483.300,00	511.814,70	541.244,05
Fortalecimento de Política Afetas à Atuação de ACS e ACE - 5%	1.825,20	-	-	30.200,00	32.600,00	34.523,40	36.508,50
Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVS	7.799,33	-	2.000,00	59.900,00	64.700,00	68.517,30	72.457,04
Incentivos Pontuais para Ações de Vigilância em Saúde - IPVS	138.070,96	227.911,97	269.777,75	29.900,00	332.300,00	351.905,70	372.140,28
Piso Fixo de Vigilância em Saúde - ANVISA	898,83	-	4.618,90	9.900,00	10.700,00	11.331,30	11.982,85
Componete Básico de Assistência Farmacêutica	93.453,84	93.765,02	121.188,00	110.200,00	169.000,00	178.971,00	189.261,83
Incentivo Financeiro para Ações de Vigilância Sanitária	15.400,00	-	-	-	-	-	-
Educação em Saúde	12.000,00	-	-	-	-	-	-
Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	199.608,00	-	-	-	-	-	-
Transferências de Recursos do Sistema SUS - AFM	149.866,17	-	-	-	-	-	-
Programa Rede Cegonha	-	224,00	-	-	-	-	-
Incremento Temp. ao Custeio dos Serv. de Atenção básica em Saúde - Emenda	-	240.000,00	600.000,00	-	696.200,00	737.275,80	779.669,16
Aperfeiçoamento do SUS - ANVISA	-	-	-	7.600,00	8.200,00	8.683,80	9.183,12
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA	-	-	5.600,00	-	6.600,00	6.989,40	7.391,29
ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCED	-	-	657.048,92	-	762.500,00	807.487,50	853.918,03
Enfrentamento da Emergência Nacional (COVID-19)	-	-	2.141.266,03	-	-	-	-
Transferências de Recursos do FNAS	402.570,21	554.017,52	493.623,17	694.400,00	592.500,00	627.457,50	663.536,30
Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	-	-	-	149.600,00	61.600,00	65.234,40	68.985,38
Piso Básico Variável - SCFV	72.000,00	192.000,00	68.953,44	113.500,00	122.600,00	129.833,40	137.298,82
Piso Básico Fixo - PBF	54.000,00	84.000,00	41.534,01	74.800,00	90.800,00	96.157,20	101.686,24
Piso Básico Variável - PBV Equipe Volante	44.625,78	73.500,00	31.150,52	56.200,00	80.700,00	85.461,30	90.375,32
Índice de Gestão Descentralizada - IGD-SUAS	7.008,04	9.033,86	-	19.200,00	20.700,00	21.921,30	23.181,77
Índice de Gestão Descentralizada - IGD-BF	74.867,92	87.093,66	26.003,19	156.300,00	88.800,00	94.039,20	99.446,45
Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola	-	-	-	62.400,00	17.400,00	18.426,60	19.486,13

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS POR FONTE
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º)

R\$

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ARRECADADA			PREVISTA			
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Programa Criança Feliz	66.122,00	108.390,00	121.802,01	62.400,00	109.900,00	116.384,10	123.076,19
Transferências de Recursos do FNAS - AFM	83.946,47	-	-	-	-	-	-
Incremento Temp. ao Bloco da Proteção Social Basica par	-	-	177.630,00	-	-	-	-
Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369	-	-	25.350,00	-	-	-	-
Ações do COVID no SUAS - para Acolhimento - Portaria 369	-	-	1.200,00	-	-	-	-
Transferências de Recursos do FNDE	733.592,80	644.223,62	524.164,19	1.054.400,00	1.078.900,00	1.142.555,10	1.208.252,02
Transferências do Salário Educação	386.010,68	377.726,82	284.574,74	598.200,00	596.100,00	631.269,90	667.567,92
Transferências do PDDE	4.140,00	-	-	12.000,00	13.000,00	13.767,00	14.558,60
Transferências do PNAE - Educação Infantil (Creche)	39.404,40	37.664,00	45.432,20	57.600,00	62.200,00	65.869,80	69.657,31
Transferências do PNAE - Educação Infantil (Pré-Escola)	29.145,60	32.202,00	35.508,00	62.100,00	67.100,00	71.058,90	75.144,79
Transferências do PNAE - Ensino Fundamental	145.440,00	134.208,00	145.490,40	271.300,00	233.000,00	246.747,00	260.934,95
Transferências do PNAE - EJA	16.384,00	17.210,00	10.700,80	11.200,00	12.100,00	12.813,90	13.550,70
Transferências do PNAE - MAIS EDUCAÇÃO	-	45.212,80	-	-	50.000,00	52.950,00	55.994,63
Transferências do PNAT - Educação Infantil (Creche)	-	-	-	6.000,00	6.500,00	6.883,50	7.279,30
Transferências do PNAT - Educação Infantil (Pré-Escola)	1.182,01	-	-	6.500,00	7.000,00	7.413,00	7.839,25
Transferências do PNAT - Ensino Fundamental	21.966,41	-	-	28.300,00	30.600,00	32.405,40	34.268,71
Transferências do PNAT - EJA	-	-	-	1.200,00	1.300,00	1.376,70	1.455,86
Transferências do FNDE - AFM	89.919,70	-	-	-	-	-	-
Outras Transferência Direta do FNDE	-	-	2.458,05	-	-	-	-
Transf. Financeira do ICMS-Desoneração-LC nº 87/96	13.031,40	-	26.486,77	18.000,00	29.400,00	31.134,60	32.924,84
Dedução para o FUNDEB-ICMS-Desoneração-LC nº 87/96	(2.606,28)	-	-	(3.600,00)	(5.900,00)	(6.248,10)	(6.607,37)
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	-	-	-	401.700,00	433.900,00	459.500,10	485.921,35
Transferências de Convênios da União para o SUS	-	-	-	169.800,00	183.400,00	194.220,60	205.388,28
Transferências de Convênios da União para Programas de Educação	-	-	-	119.700,00	129.300,00	136.928,70	144.802,10
Outras Transferências de Convênios da União	-	-	-	112.200,00	121.200,00	128.350,80	135.730,97
Outras Transferências da União	1.738,86	799.399,42	2.620.643,09	30.000,00	32.400,00	34.311,60	36.284,52
FEX	-	-	-	30.000,00	32.400,00	34.311,60	36.284,52
Outras Transferências da União - Principal	1.738,86	1.530,78	2.620.643,09	-	-	-	-
Outras Transferências da União - Principal - Cessão Onerosa	-	797.868,64	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.249.281,39	3.821.227,94	3.375.681,01	4.847.100,00	4.937.600,00	5.228.918,40	5.529.581,22
ICMS	4.191.856,06	3.899.874,50	3.580.430,40	4.348.600,00	4.496.900,00	4.762.217,10	5.036.044,58
Dedução para o FUNDEB - ICMS	(838.371,01)	(779.974,73)	(716.085,90)	(869.800,00)	(899.400,00)	(952.464,60)	(1.007.231,31)
IPVA	273.447,41	306.394,13	361.289,20	263.300,00	384.400,00	407.079,60	430.486,68
Dedução para o FUNDEB - IPVA	(54.688,73)	(61.278,05)	(72.257,03)	(52.700,00)	(76.900,00)	(81.437,10)	(86.119,73)
IPI-Exportação	34.785,03	30.533,55	27.668,39	47.900,00	41.700,00	44.160,30	46.699,52
Dedução para o FUNDEB - IPI-Exportação	-	-	-	(9.600,00)	(8.300,00)	(8.789,70)	(9.295,11)
CIDE	29.854,74	17.868,62	14.818,95	29.900,00	32.300,00	34.205,70	36.172,53
Transferências de Recursos do Estado para Saúde - Fundo a Fundo	479.992,02	345.060,27	156.401,00	517.200,00	408.600,00	432.707,40	457.588,08
Incentivo Estadual ao Programa Saúde da Família	101.253,51	31.500,00	156.401,00	64.900,00	40.100,00	42.465,90	44.907,69

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS POR FONTE
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º)

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ARRECADADA			PREVISTA				RS
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Gestão de Média e Alta Complexidade - TFD	-	-	-	32.300,00	14.900,00	15.779,10	16.686,40	
Gestão de Média e Alta Complexidade - AIH	148.607,39	114.334,92	-	119.000,00	128.500,00	136.081,50	143.906,19	
Gestão de Média e Alta Complexidade - SIA/SUS	230.131,12	199.225,35	-	301.000,00	225.100,00	238.380,90	252.087,80	
Transferências de Convênios dos Estados e de suas Entidades	91.078,53	32.748,65	-	418.900,00	452.500,00	479.197,50	506.751,36	
Transferências de Convênios dos Estados para o SUS	-	-	-	119.700,00	129.300,00	136.928,70	144.802,10	
Transferências de Convênios dos Estados para Programas de Educação	38.400,00	32.748,65	-	179.500,00	193.900,00	205.340,10	217.147,16	
Outras Transferências de Convênios dos Estados	52.678,53	-	-	119.700,00	129.300,00	136.928,70	144.802,10	
Transferências de Recursos do Estado para Assistência Social - Fundo a Fundo	28.413,00	30.001,00	23.416,00	143.800,00	95.400,00	101.028,60	106.837,74	
FEAS - CRAS - Có-Financiamento	18.567,00	24.501,00	10.785,00	30.800,00	33.300,00	35.264,70	37.292,42	
FEAS - BE - Benefícios Eventuais	4.500,00	5.500,00	6.877,00	30.800,00	13.300,00	14.084,70	14.894,57	
FEAS - CREAS - Có-Financiamento	2.250,00	-	-	30.800,00	13.300,00	14.084,70	14.894,57	
FEAS - SCFV - Có-Financiamento	3.096,00	-	4.314,00	51.400,00	15.500,00	16.414,50	17.358,33	
FEAS - BE - Benefícios Eventuais - Enfrentamento COVID	-	-	1.440,00	-	20.000,00	21.180,00	22.397,85	
Outras Transferências dos Estados e Suas Entidades	12.914,34	-	-	9.600,00	10.400,00	11.013,60	11.646,88	
FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia	12.914,34	-	-	9.600,00	10.400,00	11.013,60	11.646,88	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	9.116.899,55	9.467.147,45	27.025.326,40	12.596.600,00	12.595.000,00	13.338.105,00	14.105.046,04	
Transferências de Recursos do FUNDEB	7.165.564,99	7.324.909,32	7.151.894,37	8.912.900,00	9.403.000,00	9.957.777,00	10.530.349,18	
Transferências de Recursos da Compl. do FUNDEB	1.951.134,56	2.142.238,13	19.873.432,03	3.683.700,00	3.192.000,00	3.380.328,00	3.574.696,86	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	37.870,59	3.526.561,13	107.900,00	161.700,00	171.240,30	181.086,61	
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	-	16.373,93	44.477,60	12.000,00	53.000,00	56.127,00	59.354,30	
Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-	16.373,93	44.477,60	12.000,00	53.000,00	56.127,00	59.354,30	
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	-	3.998,93	2.968.124,39	71.900,00	77.700,00	82.284,30	87.015,64	
Outras Indenizações	-	-	-	12.000,00	13.000,00	13.767,00	14.558,60	
Outras Restituições	-	3.998,93	2.968.124,39	12.000,00	13.000,00	13.767,00	14.558,60	
Outras Ressarcimentos - Dívida Ativa	-	-	-	47.900,00	51.700,00	54.750,30	57.898,44	
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	-	-	-	12.000,00	13.000,00	13.767,00	14.558,60	
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	-	-	-	12.000,00	13.000,00	13.767,00	14.558,60	
DEMAIS RECEITA CORRENTES	-	17.497,73	513.959,14	12.000,00	18.000,00	19.062,00	20.158,07	
Outras Receitas	-	17.497,73	513.959,14	12.000,00	18.000,00	19.062,00	20.158,07	
RECEITAS DE CAPITAL	1.168.665,93	521.000,43	2.133.306,14	3.538.370,00	5.156.100,00	5.460.309,90	5.774.277,72	
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	95.800,00	103.400,00	109.500,60	115.796,88	
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	-	-	-	47.900,00	51.700,00	54.750,30	57.898,44	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	47.900,00	51.700,00	54.750,30	57.898,44	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.168.665,93	521.000,43	2.133.306,14	3.442.570,00	5.052.700,00	5.350.809,30	5.658.480,84	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	129.850,00	-	345.367,13	329.400,00	355.800,00	376.792,20	398.457,75	
Transferências de Recursos do SUS	129.850,00	-	345.367,13	119.700,00	129.300,00	136.928,70	144.802,10	
Transferências de Recursos da Educação	-	-	-	209.700,00	226.500,00	239.863,50	253.655,65	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.038.815,93	521.000,43	1.787.939,01	3.113.170,00	4.696.900,00	4.974.017,10	5.260.023,09	

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS POR FONTE
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º)

R\$

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ARRECADADA			PREVISTA			
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	635.518,38	98.620,00	1.524.239,01	2.871.500,00	3.181.100,00	3.368.784,90	3.562.490,03
Transferências de Convênios da União para o SUS	-	-	-	601.000,00	649.100,00	687.396,90	726.922,22
Transferências de Convênios da União para Programas de Educação	-	-	-	119.700,00	208.900,00	221.225,10	233.945,54
Outras Transferências de Convênios da União	635.518,38	98.620,00	1.524.239,01	2.150.800,00	2.323.100,00	2.460.162,90	2.601.622,27
Transferências de Convênios dos Estados e de suas Entidades	403.297,55	422.380,43	263.700,00	241.670,00	1.515.800,00	1.605.232,20	1.697.533,06
Transferências de Convênios dos Estados para o SUS	-	-	263.700,00	118.200,00	355.900,00	376.898,10	398.569,74
Transferências de Convênios dos Estados para Programas de Educação	228.653,54	-	-	118.200,00	127.700,00	135.234,30	143.010,27
Outras Transferências de Convênios dos Estados	174.644,01	422.380,43	-	5.270,00	1.032.200,00	1.093.099,80	1.155.953,05
TOTAL DA RECEITA	34.447.835,38	36.729.368,07	62.235.030,45	42.892.770,00	48.739.500,00	51.615.130,50	54.583.000,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	33.279.169,45	36.208.367,64	60.101.724,31	39.354.400,00	43.583.400,00	46.154.820,60	48.808.722,78

METODOLOGIA UTILIZADA:

1 - A Previsão da Receita: foi efetuada através de método conciso e lógico, havendo possibilidade de pequena margem de erro por tratar-se de previsão, onde foram analisados todos os fatores que poderão interferir nas arrecadações.

2 - As Considerações: no exercício de 2021, foi considerado o valor previsto para o exercício; nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, foi considerado o valor atualizado pela projeção para inflação e PIB.

3 - As Exceções: Os valores de convênios e FUNDEB não seguem as variações em decorrência de incrementos nas receitas de convênios junto aos governo Federal e Estadual e de variação na previsão do censo escolar.

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS - ANEXO II
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	FIXAÇÃO		
	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES	40.799.400,00	43.206.530,50	45.690.900,50
Pessoal e Encargos Sociais	24.011.300,00	25.428.000,00	26.890.100,00
Juros e Encargos da Dívida	20.000,00	19.000,00	18.100,00
Outras Despesas Correntes	16.768.100,00	17.759.530,50	18.782.700,50
DESPESAS DE CAPITAL	7.820.400,00	8.281.800,00	8.758.000,00
Investimentos	7.385.400,00	7.821.100,00	8.270.800,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	435.000,00	460.700,00	487.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	119.700,00	126.800,00	134.100,00
TOTAL	48.739.500,00	51.615.130,50	54.583.000,50

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E
MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	43.256.200,00	45.808.315,80	48.442.293,95
Receitas Tributária	2.043.300,00	2.163.854,70	2.288.276,35
Receita Patrimonial	171.100,00	181.194,90	191.613,61
Aplicações Financeiras (II)	164.600,00	174.311,40	184.334,31
Outras Receitas Patrimoniais	6.500,00	6.883,50	7.279,30
Receita de Serviços	15.600,00	16.520,40	17.470,32
Transferências Correntes	40.864.500,00	43.275.505,50	45.763.847,06
Outras Receitas Correntes	161.700,00	171.240,30	181.086,61
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)	43.091.600,00	45.634.004,40	48.257.959,64
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	5.156.100,00	5.460.309,90	5.774.277,72
Operações de Crédito (V)	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-
Alienação de Bens (VII)	103.400,00	109.500,60	115.796,88
Transferências de Capital	5.052.700,00	5.350.809,30	5.658.480,84
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	5.052.700,00	5.350.809,30	5.658.480,84
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS OU FISCAIS LÍQUIDAS (IX)=(III+VIII)	48.144.300,00	50.984.813,70	53.916.440,48
DESPESAS CORRENTES (X)	40.799.400,00	43.206.530,50	45.690.900,50
Pessoal e Encargos Sociais	24.011.300,00	25.428.000,00	26.890.100,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	20.000,00	19.000,00	18.100,00
Outras Despesas Correntes	16.768.100,00	17.759.530,50	18.782.700,50
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	40.779.400,00	43.187.530,50	45.672.800,50
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	7.820.400,00	8.281.800,00	8.758.000,00
Investimentos	7.385.400,00	7.821.100,00	8.270.800,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	435.000,00	460.700,00	487.200,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	7.385.400,00	7.821.100,00	8.270.800,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	119.700,00	126.800,00	134.100,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS OU FISCAIS LÍQUIDAS (XVII)=(XII+XV+XVI)	48.284.500,00	51.135.430,50	54.077.700,50
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	(140.200,00)	(150.616,80)	(161.260,02)

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E
MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO NOMINAL
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º)				R\$
ESPECIFICAÇÃO	2022 (b)	2023 (c)	2024 (d)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	39.737.778,12	40.071.833,68	40.386.070,36	
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	
Ativo Disponível	-	-	-	
Haveres Financeiros	821.200,00	869.600,00	919.600,00	
(-) Restos a Pagar Processados	821.200,00	869.600,00	919.600,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	39.737.778,12	40.071.833,68	40.386.070,36	
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	39.737.778,12	40.071.833,68	40.386.070,36	
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	
	375.469,97	334.055,56	314.236,67	

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

* Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2006.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E
MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
EXERCÍCIO 2022

MMC - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º)				R\$
ESPECIFICAÇÃO	2022 (b)	2023 (c)	2024 (d)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	39.737.778,12	40.071.833,68	40.386.070,36	
Dívida Mobiliária	-	-	-	
Outras Dívidas	39.737.778,12	40.071.833,68	40.386.070,36	
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	
Ativo Disponível	-	-	-	
Haveres Financeiros	821.200,00	869.600,00	919.600,00	
(-) Restos a Pagar Processados	821.200,00	869.600,00	919.600,00	
DCL (III) = (I - II)	39.737.778,12	40.071.833,68	40.386.070,36	

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE IBICUÍ - BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
RISCOS FISCAIS - ANEXO III
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO 2022

ARF (LRF, art 4o, § 3o)

R\$

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aumento do Salário Mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal	1.152.500,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	119.700,00
Condenações Judiciais	55.300,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	1.088.100,00
Despesas com pagamentos de juros orçada a menor	20.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	20.000,00
INSS, FGTS, PASEP, EMBASA	435.000,00	Parcelamento dos débitos e pagamento das parcelas obrigatórias, com o adiamento dos projetos que exija menor prioridade.	435.000,00
SUBTOTAL	1.662.800,00	SUBTOTAL	1.662.800,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	1.662.800,00	TOTAL	1.662.800,00

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Ibicuí - Bahia, IBGE e SEPLAN/BA.